

A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro¹

José Carlos Dantas

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: j_c_dantas@hotmail.com

Resumo

O semiárido brasileiro é caracterizado em sua história por ser a região do Brasil em que grande parte das ações estatais esteve voltada para a resolução dos problemas decorrentes da ocorrência de períodos de seca. Este fenômeno natural passou a ser visto como o inimigo número um da região e a ser tratado enquanto um vilão. O tratamento da seca enquanto uma vilã se deu através da constituição de uma ideologia que preconizava a busca de soluções para extinguir esse problema: a ideologia do Combate à seca. Em contrapartida, na história recente do semiárido, uma outra ideologia se constitui com o objetivo de desconstruir a noção de que a seca é um problema, um mal a ser eliminado: é o momento do surgimento da ideologia da Convivência com o semiárido. O objetivo deste texto é compreender como se constituíram as ideologias de Combate à seca e Convivência com o semiárido e como estas influenciaram as políticas públicas direcionadas para o semiárido brasileiro, tentando explicitar as principais características de cada uma: o Combate à seca como criadora de uma falsa vilã (a seca) e a Convivência com o semiárido como criadora de discursos e práticas que mostram ser possível viver na região em meio às suas condições ambientais.

Palavras-chave: Semiárido; seca; combate; convivência; ideologia.

The false villain: ideologies and state action in the Brazilian semi-arid

Abstract

The Brazilian semi-arid is characterized in its history by being the region of Brazil where most of the state actions were focused on solving the problems arising from the occurrence of drought. This natural phenomenon came to be seen as the number one enemy of the region and to be treated as a villain. The treatment of drought as a villain occurred through the constitution of an ideology that advocated the search for solutions to extinguish this problem: the ideology of combating drought. On the other hand, in the recent history of the semi-arid region, another ideology is constituted in order to deconstruct the notion that drought is a problem, an evil to be eliminated: it is the moment of the emergence of the ideology of Living with the semi-arid. The objective of this text is to understand how the ideologies of combating Drought and Living with the semi-arid were constituted and how they influenced the public policies directed to the Brazilian semi-arid, trying to explain the main characteristics of each one: the Drought Fight as a creator false villain (the drought) and living with the semi-arid as the creator of discourses and practices that show that it is possible to live in the region amidst their environmental conditions.

Keywords: Semi-arid; drought; combat; living with the semi-arid; ideology.

¹ Este texto faz parte da pesquisa de doutorado do autor intitulada "A Geografia dos conflitos territoriais do semiárido brasileiro no século XXI" financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), vinculada ao processo nº 2018/12292-0.

La Falsa Villana: ideologías y acciones estatales en la región Semiárida Brasileira

Resumen

La región Semiárida Brasileira se ha caracterizado históricamente por ser la región de Brasil en la cual gran parte de las acciones estatales han estado dirigidas a la solución de problemas relacionados con períodos secos, conocidos como Seca. Este fenómeno natural pasó a ser visto como el principal enemigo de la región y a ser tratado como villano. El tratamiento de este como villano se dio a través de la constitución de una ideología que defendía la búsqueda de soluciones para extinguir este problema: la ideología de Combate a la Seca. En contrapunto, en la historia reciente del Semiárido, se constituye otra ideología con el objeto de desmitificar la noción de que está es un problema, un mal que debe ser eliminado; es el momento del surgimiento de la ideología de la Convivencia con lo Semiárido. El objeto de este texto, es comprender como se constituyeron ambas ideologías y como estas influyen en las políticas públicas regionales. Rescatando sus principales características: el combate a la seca, como creador de una villana falsa y la convivencia con el semiárido, como creadora de discursos y prácticas que muestran que es posible vivir en la región en medio de sus condiciones ambientales.

Palabras claves: Semiárido; seca; combate; convivencia; ideología.

Introdução

A história do semiárido é a história do conflito. Desde a invasão europeia, passando pela colonização, o império e a república até os dias atuais o conflito é o principal combustível para a produção do espaço na região semiárida do Brasil. Conflitos não apenas territoriais, materiais, como aqueles ocorridos entre colonizadores brancos e indígenas ou aqueles entre fazendeiros e sem terras, mas também conflitos no plano imaterial.

A constituição de determinadas ideias na sociedade brasileira e sua articulação com escalas internacionais e regionais incide sobre o semiárido do país e consolida uma estrutura social marcada pelo incessante exercício do poder da classe dominante. Este movimento articulado entre escalas resulta na construção de uma ideologia, ou ideologias, que transpassam a própria classe dominante e se estabelecem na sociedade como um todo, isto no caso do semiárido brasileiro.

A construção e estabelecimento dessas ideologias orientou a implementação de inúmeras políticas públicas para a região semiárida do Brasil. Podemos auferir que a principal ideia disseminada constantemente em todo o semiárido foi “O problema do Nordeste é a seca”, isso porque a maior parte do Nordeste brasileiro é semiárido (sem contar o estado do Maranhão, o qual não é caracterizado como semiárido), como demonstra a Figura 1.

Esta ideia, por mais simples que possa parecer, permeou grande parte da história do Brasil através de discursos veiculados na imprensa pelos mais variados sujeitos e constituiu o que conhecemos como a ideologia do Combate à seca. A premissa fundamental desta ideologia é argumentar que a seca é um problema para a região e, portanto, deve ser combatida até que seja eliminada.

Por outro lado, nas últimas décadas (notadamente a partir da década de 1980), começa a ser construída uma outra concepção para se pensar a vida no semiárido brasileiro. Esta “nova” concepção se baseia na ideia de que a seca é um fenômeno intrínseco à região e não é possível enfrenta-la ou combate-la, mas é possível aprender a conviver com ela. A esta concepção, a qual entendemos enquanto uma ideologia, deu-se o nome de Convivência com o semiárido.

O objetivo deste texto é realizar um debate sobre as disputas existentes entre as ideologias de Combate à seca e Convivência com o semiárido e como estas ideologias se materializam e influenciam a implementação de políticas públicas na região. Desse modo, o texto busca: compreender as origens de cada uma destas ideologias; a relação destas ideologias com a ação do Estado na região; e a atualidade desta disputa.

O trabalho foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e da realização de diálogos com sujeitos que atuam em entidades ligadas à Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e que possuem experiência teórica e empírica no tema tratado. Dessa forma, foram realizados diálogos com: Marcelo Galassi, coordenador da ASA no estado da Paraíba (entrevista realizada em 07 de março de 2019); Roberto Malvezzi, assessor de movimentos sociais e pastorais no semiárido (entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2019); José Jonas Duarte da Costa, professor da Universidade Federal da Paraíba (entrevista realizada em 04 de fevereiro de 2019); e Vanúbia Martins, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (entrevista realizada em 22 de fevereiro de 2019). Estes diálogos foram fundamentais para o entendimento do objeto analisado ao ponto que permitiu a construção de reflexões conjuntas sobre a problemática. Portanto, todo o texto está permeado pelos diálogos realizados com os referidos sujeitos.

Desse modo, o texto está estruturado da seguinte maneira: a introdução contextualiza a problemática analisada; o tópico “Duas ideologias, duas regiões: Combate à seca e Convivência com o semiárido” discute a constituição das ideologias de Combate à seca e de Convivência com o semiárido, buscando explicitar suas bases e intencionalidades; o tópico “Ideologias e políticas públicas no semiárido brasileiro” debate o direcionamento de políticas públicas a partir da influência das ideologias de Combate à seca e de Convivência com o semiárido, explicitando as principais contraposições da ação estatal na região; por fim, as considerações finais apresenta uma síntese do texto e explicita questões a serem respondidas em reflexões futuras.

Duas ideologias, duas regiões: Combate à seca e Convivência com o semiárido

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. (...) As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

A partir desta citação podemos iniciar a discussão e tentar compreender quais os elementos que tornaram possíveis a formação de ambas as ideologias analisadas. Isso porque a ideologia de Combate à seca reuniu um conjunto de ideias com caráter universalizante para a sociedade do semiárido ao longo do tempo. E é por isso que estamos tentando entender o Combate à seca e a Convivência com o semiárido enquanto ideologias.

Outros trabalhos analisam o Combate à seca e a Convivência com o semiárido a luz da noção de paradigma (CONTI e SCHROEDER, 2013; COSTA, 2017; MARINHO e OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2006). Podemos analisar ambas as visões de mundo através da concepção de paradigma de Kuhn (1994) já que o paradigma se caracteriza pelo conjunto de ideias ou proposições teóricas elaboradas para analisar um objeto da realidade por parte de uma determinada comunidade científica.

Fernandes (2008) também apresenta um debate que permite entender o Combate à seca e a Convivência com o semiárido enquanto paradigmas. Ao discutir as disputas paradigmáticas existentes no estudo da questão agrária o autor defende que

os cientistas que pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e influenciam, determinando as compreensões do problema (FERNANDES, 2008, p. 4).

A utilização da noção de paradigma é possível por esta se aproximar da noção de ideologia, entendendo ambas enquanto visões de mundo que orientam as práticas sociais. Contudo, a construção da noção de paradigma, sobretudo apoiada em Kuhn (1994), se aproxima mais do campo científico. E tanto o Combate à seca quanto a Convivência com o semiárido extrapolam o campo científico e se circunscrevem na sociedade como um todo, pois a construção de ambas as visões de mundo foi realizada também por não-cientistas.

Assim, usamos neste texto a noção de ideologia para entender a disputa entre estas visões de mundo e por acreditar que a concepção de ideologia possui mais relação

com a discussão da forma que realizamos. A ideologia, neste caso, é construída através das práticas sociais de sujeitos e grupos posicionados na estrutura social do semiárido de maneira distinta: classe dominante e povo.

Apoiando-nos em Marx e Engels (2007) – e partimos desta obra para construir nossa noção de ideologia – percebemos que um dos pressupostos para a construção de uma ideologia é a necessidade de uma classe (ou grupo social) de estabelecer ideias que representem seus interesses com os interesses comuns da sociedade, dando a estas ideias a universalidade que precisam para serem aceitas no conjunto da sociedade. Isso pode ajudar a explicar como o Combate à seca se tornou a ideologia dominante no semiárido em toda a sua história.

A formação e consolidação da noção de Combate à seca só foi possível porque a classe dominante, representada, sobretudo, pelas oligarquias rurais, se apropriava e regia praticamente todas as instâncias da sociedade nos séculos passados, principalmente do Estado (VILAÇA e ALBUQUERQUE, 1965). E o exercício deste poder, possível através do Estado, era legitimado pelas instâncias estatais entre si (ANDRADE, 1963; LANNA, 1994): poder local, regional e nacional se articulavam para constituir a estrutura estatal de forma que assegurasse o domínio da oligarquia rural sobre todo o semiárido.

Essas mesmas oligarquias rurais além de ter nas mãos o controle sobre o Estado também possuíam o controle sobre a imprensa, como apresenta Silva (1978), setor tão importante para a disseminação de ideias na sociedade. A apropriação de vários setores da sociedade pela classe dominante influenciou sobremaneira à criação da maior vilã da região Nordeste em toda a sua história: a seca. O sentido que se atribuiu a este fenômeno natural estava associado a algo perverso, destruidor, abominável, o qual implantou no imaginário da sociedade do semiárido, inclusive dos trabalhadores, um sentimento de medo e aversão, tornando a seca o inimigo número um de todos, uma vilã a ser destruída.

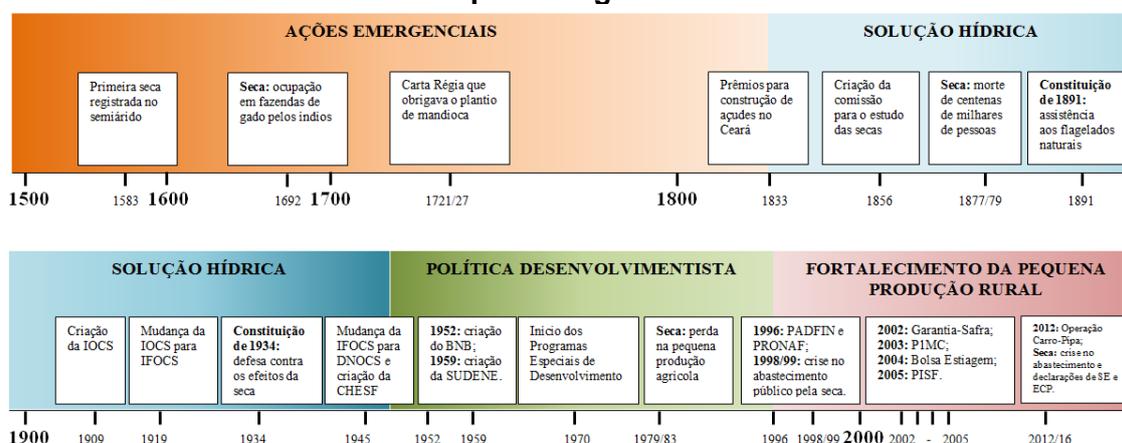
A junção entre a expressão material da seca (a diminuição na disponibilidade de água) e a sua expressão simbólica/emocional (o sentimento de temor e aversão) permitiu o surgimento e a concretização da ideologia do Combate à seca no semiárido. Frisamos a dimensão emocional na constituição da ideologia seguindo alguns argumentos de Gramsci (1989) quando analisa as formas que os sujeitos assimilam e constroem uma concepção de mundo, individual e coletivamente, em que emoção e moral são fundamentais para a aceitação de uma ideologia na sociedade.

Se a seca é uma vilã, uma inimiga da sociedade, cabe então a toda a sociedade desempenhar práticas para se combater esse problema. É um dever moral de cada sujeito da região; e é um dever moral do Estado enquanto representante do povo. A partir daí o Estado se torna um herói que enfrentará a vilã mais nefasta do semiárido brasileiro.

O Combate à seca passou então a ser uma ideologia difundida em todo o semiárido, construída pela classe dominante, assimilada pelos trabalhadores e orientadora de diversas práticas sociais existentes na região. E as práticas que mais se destacaram ao longo do tempo, sem dúvidas, foram os direcionamentos de políticas públicas de combate à seca.

Ao analisar o histórico das políticas públicas ligadas à área de recursos hídricos no semiárido Dantas (2018) apresenta uma linha do tempo (Figura 1) com as principais ações desempenhadas pelo Estado brasileiro nesse setor para a região. Notadamente as políticas de combate à seca aparecem como as ações mais disseminadas na história do semiárido.

Figura 2: Principais políticas públicas implementadas pelo Estado no setor de recursos hídricos para a região semiárida brasileira



Fonte: Dantas (2018).

Uma das conclusões que Dantas (2018) apresenta, bem como outros autores, a exemplo de Targino e Moreira (2006) e Silva (2006), é a de que as políticas de combate à seca permeiam praticamente toda a história da região semiárida (a partir de sua ocupação), inclusive na atualidade, quando esta ideologia disputa espaços (imateriais e materiais) com a Convivência com o semiárido.

Um marco para a materialização das concepções do Combate à seca é o incentivo, pelo governo do estado do Ceará, em 1833, para a construção de açudes em propriedades rurais do estado pelos fazendeiros. O governo se dispôs a premiar proprietários de terra que construíssem açudes em seus territórios (DANTAS, 2018). Esta medida tinha como pano de fundo o discurso de aumentar a oferta de água para as populações circunvizinhas das fazendas. Porém, o principal resultado foi o de contribuir com a concentração da água em propriedades de grandes fazendeiros da região, e, por conseguinte, com a concentração de poder dos fazendeiros, visto que em plena década de 1830 as terras estavam sobre posse de coronéis e suas respectivas oligarquias rurais.

A partir de então a ação estatal se baseia no discurso da “seca enquanto um problema a ser enfrentado” para delinear políticas hídricas que objetivassem o aumento na disponibilidade de água na região. Entre as principais ações estavam a construção de açudes e barragens e a perfuração de poços. “O Relatório de 1910 do Ministério da Viação e Obras Públicas dá conta de 2.311 açudes particulares na Paraíba e 1.086 no Rio Grande do Norte” (MOLLE, 1994, p. 30).

A estas ações se somam, a partir da segunda metade do século XIX, a criação de comissões técnicas para o desenvolvimento de estudos sobre os aspectos climáticos, hidrológicos, geológicos e de vegetação do semiárido, iniciando e contribuindo para uma concepção de compreensão e prevenção dos efeitos provocados pelos períodos de seca na região (MOLLE, 1994; SILVA, 2006).

No final do século XIX, durante a passagem do regime imperial para o regime republicano, há uma intensificação de discursos e ações no âmbito estatal que fortalecem a ideologia de Combate à seca através de um movimento, como afirma Silva (1978): a tentativa de separação entre o plano político e o plano econômico. É momento de transição para o início da fase mais áurea do Combate à seca.

Segundo Silva (1978) a década de 1890 marca o período em que começa a se estabelecer no Nordeste o que a autora denomina de ideologia do progresso nacional, a qual tem no planejamento sua principal base. A tentativa de ocultar o viés político no exercício do poder público foi levada a cabo pela utilização incessante de justificativas meramente técnicas para a resolução dos problemas do semiárido.

Talvez a principal materialização desta concepção do planejamento que fundamenta a ação do Estado brasileiro nesse momento é a criação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). A partir da criação da IOCS as ações de combate à seca desenvolvidas em âmbito estatal passam a estar cada vez mais articuladas com a sua ideologia correspondente.

Como pode ser visto em Dantas (2018), Molle (1994), Silva (2006) e Targino e Moreira (2006) as ações estatais que se sucederam no âmbito das políticas de combate à seca para o semiárido brasileiro criaram uma infraestrutura material que possibilitou o avanço da ideologia de Combate à seca e retroalimentou o discurso que fundamenta esta concepção de mundo.

A ideologia cumpriu o papel para a qual foi pensada: desenvolver formas para manter o controle da oligarquia rural sobre a região semiárida. É por isso que o Combate à seca não pode ser entendida de outra maneira se não enquanto uma ideologia da dependência. De dependência para o povo. E podemos ir ainda mais além: um movimento duplo de dependência. Pois como questiona Silva (1978) a concepção do progresso nacional (disseminada no final do século XIX) visava à ocultação das desigualdades

regionais brasileiras existentes: não era viável se pensar regionalmente, mas sim nacionalmente. Em outras palavras: não precisamos de um Nordeste forte economicamente, precisamos de um Brasil forte economicamente.

Ao analisar o discurso de um deputado federal do Rio Grande do Norte na Câmara Federal, Silva (1978) questiona:

Em busca do desenvolvimento integrado entre Norte e Sul, o deputado passa a veicular a ideologia do progresso nacional, a qual limita cada vez mais suas próprias possibilidades de atuação, na medida em que o submete às soluções propostas por um sistema de dominação onde prevalecem os interesses dos cafeicultores. Em suma, a bancada nordestina produz uma ideologia e é engolida por ela (SILVA, 1978, p. 107).

O povo, os trabalhadores e trabalhadoras do semiárido, além de serem subjugados a uma dependência direta das oligarquias rurais da região se encontravam em uma dependência indireta das oligarquias rurais cafeicultoras. A ideologia do Combate à seca, portanto, perpetuou o poder da classe dominante através das ações estatais e conservou a estrutura social hierárquica característica do semiárido dos séculos passados.

A partir das décadas de 1940 e 1950, contudo, as políticas de combate à seca passam a serem contrastadas com uma concepção desenvolvimentista baseada na crítica à ideia de que “o problema do Nordeste é a seca”. Como aponta Silva (2006) é o início de uma crítica a estas práticas de Estado que se limitavam apenas à construção de obras para aumentar e melhorar o acesso à água. Na verdade para aumentar e melhorar o acesso à água para as oligarquias rurais.

Nesse momento as críticas realizadas por influentes intelectuais, como Josué de Castro², Celso Furtado³ e Manuel Correia de Andrade⁴, foram substanciais para o começo da desestabilização da ideologia de Combate à seca. Estas críticas foram avançando para servir de base inicial na construção da ideologia de Convivência com o semiárido tempos depois (CONTI e PONTEL, 2013; SILVA, 2006).

Já na década de 1980 o debate sobre as possibilidades de conviver no semiárido era apresentado por Organizações Não-Governamentais (ONG) e por pesquisadores de órgãos públicos que atuavam na região, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (SILVA, 2006). Parece que as preocupações ainda não estavam embasadas por um discurso político crítico, mas pode ser um dos começos da construção desse pensamento de convivência.

² CASTRO, J. *Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³ FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

⁴ ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

As ações desenvolvidas por diversas entidades desde então culminam no avanço da construção da ideologia de Convivência com o semiárido até o primeiro marco para a constituição desta concepção de mundo: a Declaração do Semiárido Brasileiro⁵. Este documento representa uma conquista política, simbólica e institucional para as ações pautadas na Convivência com o semiárido que passam a acontecer a partir de então.

A construção da ideologia de Convivência com o semiárido está intimamente ligada à formação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), criada em 1999 com a Declaração do Semiárido Brasileiro. A ASA é o resultado do acúmulo de debates realizados por diversas organizações existentes em vários lugares da região durante a década de 1990.

O ano de 1993 é um período de referência para a aproximação das entidades da sociedade civil que atuavam no semiárido naquele momento e que passam a se articular para a formação da ASA como conhecemos atualmente.

Em março de 1993, trabalhadores rurais organizados pelo movimento sindical rural, associações, cooperativas e organizações não-governamentais realizaram ato público em Recife e ocuparam a sede da Sudene, exigindo providências imediatas na situação de seca e ações permanentes para desenvolvimento do Semi-árido (SILVA, 2006, p. 79).

As mobilizações realizadas nesse período resultam na criação de documentos institucionais e no avanço para a construção da Convivência com o semiárido. Como aponta Marcelo Galassi (coordenador da ASA no estado da Paraíba) os períodos de seca são importantes para a mobilização de pessoas nas lutas realizadas em defesa dos direitos dos povos da região. São épocas em que o sentimento de revolta frente às desigualdades sociais existentes emerge e se transforma em combustível para as lutas por direitos sociais.

Os anos de seca passaram então a promover contradições para a ação estatal no semiárido: são momentos fundamentais para a realização de mobilizações e ações contrárias aos projetos de combate à seca propostos pelo Estado. São momentos que permitem que as organizações explicitem sua principal crítica à atuação estatal no semiárido em toda a história: as políticas de combate à seca são ineficazes para possibilitar um modo de vida verdadeiramente autônomo para os trabalhadores e trabalhadoras da região.

Desse modo, o acúmulo dos debates realizados por inúmeras entidades que defendem a Convivência com o semiárido (a grande maioria delas vinculadas à ASA) como uma ideologia que deve orientar as práticas sociais e as políticas públicas para a região se materializam sob diversas estratégias e projetos e mostram que formas de reprodução social autônomas são possíveis.

⁵ O manifesto foi lançado durante a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), realizada entre 15 e 26 de novembro de 1999 na cidade de Recife – PE.

Mas o que quer dizer então “conviver com o semiárido”? Quais são os pressupostos que orientam esta ideologia? Segundo Baptista e Campos (2013):

Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação (BAPTISTA e CAMPOS, 2013, p. 52).

Enquanto o Combate à seca defende a promoção de ações e grandes projetos através do Estado que possibilitem simplesmente o aumento da disponibilidade hídrica (de maneira concentrada, como é o caso da açudagem⁶), a Convivência com o semiárido propõe ações de base local, construídas pelas comunidades e para as comunidades, que objetivam desenvolver condições para que as trabalhadoras e trabalhadores possam se reproduzir socialmente sob princípios de solidariedade e coletividade.

Discussão semelhante é feita por Roberto Malvezzi (assessor de movimentos sociais e pastorais no semiárido) apontando que o Combate à seca, a visão da elite de amplificação da disponibilidade hídrica baseada em grandes projetos, contrasta com as propostas de experiências alternativas das comunidades, uma das bases da Convivência com o semiárido. Este é o âmago do embate entre Combate à seca e Convivência com o semiárido, ou melhor, Cultura da seca e Cultura da água, respectivamente.

Podemos afirmar ainda: a proposição de políticas baseadas em grandes projetos (re)constrói e perpetua uma ideologia da dependência no semiárido na mesma proporção que políticas de base local constroem uma ideologia da autonomia para o povo da região. Portanto, Combate à seca e Convivência com o semiárido se constituem como ideologias antagônicas que, mais do que disputar a proposição de projetos de desenvolvimento para o semiárido, disputam a construção de modos de vida na região. Mas apenas uma das ideologias promove o exercício de todas as potencialidades do semiárido e de seu povo.

Dentro dos conteúdos presentes na Declaração do Semiárido Brasileiro as ações propostas para a criação de um programa de convivência com o semiárido visam justamente exercitar as potencialidades existentes na região semiárida. Estas ações se organizam em seis pontos principais:

- 1) **Conviver com a seca:** promover o acesso a terra e água adequado para produção na região, o desenvolvimento de tecnologias e metodologias adaptadas através de pesquisas e as possibilidades de comercialização da produção;

⁶ Política de construção de açudes em toda a região semiárido do Brasil. Os açudes eram construídos tanto pelo próprio Estado quanto por particulares com incentivo estatal.

- 2) **Orientar os investimentos:** descentralizar os investimentos públicos e priorizar sua utilização em infraestrutura social e econômica, bem como instalar unidades de beneficiamento da produção para as famílias;
- 3) **Fortalecer a sociedade civil:** promover ações para a organização dos sujeitos sociais visando sua atuação ativa na proposição de políticas públicas, para mudanças na política educacional e para a valorização dos conhecimentos e saberes das comunidades e sua intensa disseminação em toda a região;
- 4) **Incluir mulheres e jovens:** promover a igualdade de remuneração na mesma função produtiva entre homens e mulheres, bem como torna-las elegíveis para o acesso e a proposição de políticas públicas (juntamente com jovens) através de ações de capacitação;
- 5) **Cuidar dos recursos naturais:** desenvolver programas de zoneamento, de reflorestamento da vegetação nativa e de gestão das águas, incentivar a produção agropecuária adequada ao semiárido e ampliar as unidades de conservação e as práticas de fiscalização;
- 6) **Buscar meios de financiamentos adequados:** captar recursos de subvenções a serem gerenciados por entidades da sociedade civil, reorientar linhas de créditos existentes e criar uma linha especial para o atendimento às propostas deste programa, bem como estabelecer um fundo específico para as referidas propostas.

A partir do direcionamento destes pontos a Convivência com o semiárido foi sendo construída nos anos seguintes até chegar aos dias atuais, tendo a ASA como principal impulsionadora e promotora dos debates e ações acerca desta ideologia. O sentido de conviver com uma região que tem características de dificuldade de acesso à água, tanto por fatores climático e pedogeológicos quanto por fatores de concentração fundiária e hídrica, se constitui como uma possibilidade também para a construção de uma autonomia para trabalhadores e trabalhadoras.

Muitas premissas que guiam as estratégias e práticas de convivência com o semiárido estão baseadas em noções de solidariedade, justiça e respeito às dinâmicas da natureza, seus processos e fenômenos. Como afirma José Jonas Duarte da Costa (professor da Universidade Federal da Paraíba) algumas destas premissas estão fundamentadas em estratégias de convivência praticadas pelos povos indígenas da região. A Convivência com o semiárido é influenciada, em partes, pelos conhecimentos e saberes indígenas, que tinham como princípio norteador o respeito ao ser humano e à natureza.

Os saberes e conhecimentos dos povos indígenas são articulados com debates que emergiram na segunda metade do século XX e direcionam diversas estratégias de convivência com a região, sendo o principal a questão sobre gênero. As entidades que

atuam no semiárido passaram a incorporar e promover o protagonismo das mulheres de forma a garantir a sua participação efetiva em diversos setores destas organizações.

A bem da verdade diversas estratégias e práticas de convivência com o semiárido foram desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais da região. Contudo, as práticas de Convivência com o semiárido promovidas e impulsionadas pelas mulheres foram igualmente permeadas por práticas de invisibilização, preconizadas por uma lógica patriarcal, não permitindo que o protagonismo destas mulheres fosse possível. Daí Vanúbia Martins (agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)) questionar que “temos que mudar o olho” quando debatemos as experiências de convivência com o semiárido e as estratégias de permanência na terra desenvolvidas pelas trabalhadoras da região.

A própria ASA possui uma Comissão de Gênero, a qual discute e propõe ações pautadas na Convivência com o semiárido reforçando o protagonismo histórico que as mulheres possuem na criação e estabelecimento de experiências de conviver com a região semiárida.

Somadas a todos estes pontos que embasam os princípios da Convivência com o semiárido também aparecem as necessidades de difusão e disseminação dos ideais que compõem esta ideologia através de estratégias de comunicação popular. Esta é uma tentativa de disputar espaços ocupados historicamente pelos meios de comunicação que propagam as ideias e práticas do Combate à seca. A disputa se faz por meio do uso de canais alternativos de comunicação.

Como a história do semiárido é marcada pelo fato de o Combate à seca ter os meios de comunicação mais influentes sobre a sociedade da região (jornais, revistas, programas em canais de rádio e televisão) as estratégias de convivência com o semiárido desenvolvidas pelas entidades que atuam na região visam a produção de materiais audiovisuais para difundir experiências de convivência existentes na região e reforçar a importância desta ideologia para o povo. A disputa entre as referidas ideologias está no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores da região.

Os princípios de solidariedade, identidade, justiça social e respeito à natureza permeiam a Convivência com o semiárido e consolidam a construção desta ideologia nos moldes que Gramsci (1989) defende serem as características que compõem a sua concepção de ideologia: filosofia, política, universalidade, moral e emoção.

Além disso, a Convivência com o semiárido garante uma verdadeira universalidade dos meios materiais de reprodução social dos sujeitos, ao contrário de uma falsa universalidade das possibilidades de reprodução social pautada pelo Combate à seca. Como aponta Konder (2002), a ideologia se constrói neste movimento entre os interesses coletivos e individuais dos sujeitos.

No caso da Convivência com o semiárido os interesses coletivos e individuais não se separam, pois as práticas sociais estão circundadas por princípios de solidariedade entre os sujeitos. A materialização destes interesses promovem possibilidades de reprodução social da sociedade como um todo.

Já no caso do Combate à seca os interesses individuais da classe dominante são manipulados de forma a serem apresentados como interesses coletivos. São falsos interesses coletivos, pois sua materialização está circunscrita a promover a reprodução social apenas de uma classe: a classe dominante.

A construção destes falsos interesses coletivos ao longo da história do semiárido tornou possível o estabelecimento do Combate à seca como ideologia hegemônica na região, tendo como pano de fundo o discurso de que “o problema do Nordeste é a seca”. A constituição da Convivência com o semiárido enquanto uma ideologia busca romper com falsos interesses coletivos e instituir princípios verdadeiramente universalizantes na sociedade, permitindo a consolidação de postulados que representam justiça e solidariedade, já mencionados anteriormente.

No entanto, ambas as ideologias se materializaram sob as formas de políticas públicas na região. Notadamente, uma com maior expressão do que a outra. Uma promovendo políticas de dependência para o povo. Outra proporcionando políticas de autonomia para o povo. A seguir é apresentado um debate sobre a materialização do Combate à seca e da Convivência com o semiárido a partir da implementação de políticas públicas na região.

Ideologias e políticas públicas no semiárido brasileiro

Podemos observar que as políticas públicas ligadas à área de recursos hídricos no semiárido que mais foram difundidas e executadas representam a ideologia de Combate à seca (DANTAS, 2018; MOLLE, 1994; SILVA, 2006; TARGINO e MOREIRA, 2006). Por fatores como tempo e hegemonia as ações estatais para combater os efeitos da seca são as que ocupam a maior parte do registro de políticas públicas na região.

O fator tempo é imprescindível para explicar este contexto pelo fato de que as ações de combate à seca possuem três séculos de existência, iniciando na primeira metade do século XIX e sendo desenvolvidas até o presente. Enquanto as políticas de Convivência com o semiárido possuem apenas três décadas de existência, as ações de combate à seca foram executadas na maior parte da história da região e, desse modo, tiveram possibilidades de estarem disseminadas por todo o semiárido, materializando o de Combate à seca e promovendo a consolidação paulatina desta ideologia na sociedade.

A hegemonia está intrinsecamente ligada aos grupos que ocuparam o Estado brasileiro no semiárido historicamente: as oligarquias rurais. Por exercerem seu poder sobre a ação estatal as oligarquias rurais foram capazes de direcionar as políticas públicas de acordo com a concepção de mundo que defendem. O Combate à seca se torna o norte para o delineamento das políticas de recursos hídricos da região. Ambos estes fatores, tempo e hegemonia, possibilitaram a disseminação das ações de Combate à seca por parte do Estado como conhecemos hoje.

Há, portanto, uma diferença fundamental que permite entender como estas políticas foram construídas e executadas ao longo da história do semiárido. Enquanto a ideologia de Combate à seca foi construída pela classe dominante para direcionar políticas públicas através do Estado à ideologia de Convivência com o semiárido foi construída pelo povo, por trabalhadores e trabalhadoras, para direcionar políticas públicas não apenas através do Estado, mas também do próprio povo. A primeira promove dependência do povo à classe dominante. A segunda promove autonomia das trabalhadoras e trabalhadores da região.

As políticas públicas baseadas no Combate à seca estão fundamentadas na ampliação da disponibilidade hídrica do semiárido. Nesse sentido, a açudagem foi a principal política hídrica adotada pelo Estado brasileiro como forma de buscar o aumento da oferta de água na região (DANTAS, 2018). A questão que se apresenta nesse contexto é: onde foram construídos os açudes custeados pela iniciativa estatal?

Se lembramos do início desta prática no semiárido⁷ apresentada anteriormente (o incentivo do governo do Ceará com prêmios para proprietários rurais que construíssem açudes em suas terras na década de 1830) vemos como a açudagem foi uma política que contribuiu, antes de tudo, para o fortalecimento do poder das oligarquias rurais através da concentração da água. Quem eram os sujeitos proprietários de terras em pleno século XIX? Este é um período histórico marcado notadamente pela presença do latifúndio em toda a região (ANDRADE, 1963; FURTADO, 1961; OLIVEIRA, 1981; VILAÇA e ALBUQUERQUE, 1965).

Assim, além da estrutura agrária do semiárido ser caracterizada pela concentração fundiária as políticas de açudagem contribuíram para um processo de concentração hídrica. Terra e água representam as condições materiais que possibilitam as oligarquias rurais exercerem seu poder sob diversos aspectos, sejam eles políticos, simbólicos, comerciais, produtivos ou, sobretudo, ideológicos.

Estas ações eram intensificadas durante as épocas de estiagem no semiárido. Nos períodos de seca que se sucederam durante os séculos XIX e XX via-se um maior

⁷ O início do ponto de vista da construção de açudes incentivada ou realizada pelo Estado. Antes da década de 1830 já existiam açudes construídos no semiárido, porém por iniciativa dos próprios fazendeiros.

direcionamento de recursos públicos para a construção de obras hídricas de combate à seca (MOLLE, 1994).

A indústria da seca nasce, segundo Ferreira (1993), a partir destas ações assistencialistas do Estado brasileiro em promover medidas em relação aos efeitos da seca apenas durante a sua ocorrência, estabelecendo os chamados socorros públicos, que objetivavam atender às milhares de trabalhadoras e trabalhadores que sofriam com os problemas derivados deste fenômeno através de ações emergenciais.

As principais ações estavam ligadas à disponibilização de alimentos para as famílias do semiárido e a contratação de trabalhadores e trabalhadoras para compor o que ficou conhecido como as frentes de emergência. Estas frentes consistiam na contratação de mão-de-obra por parte do Estado para a realização de serviços vinculados à construção e recuperação de obras hídricas, principalmente os açudes (TARGINO e MOREIRA, 2006). Porém, voltamos à questão já exposta aqui: grande parte dos açudes estava localizada nas propriedades das próprias oligarquias rurais. As frentes de emergência serviam, assim, para direcionar recursos públicos para ações no âmbito privado. É a oligarquia rural utilizando o Estado para continuar a perpetuar seu poder enquanto classe dominante no semiárido.

São exatamente essas práticas desenvolvidas pelo Estado que influenciam a construção da Convivência com o semiárido e a luta incessante de diversas organizações para materializar os princípios desta ideologia. A Convivência com o semiárido é resultado da negação de uma ideologia da dependência, que promove nada mais do que o fortalecimento da classe dominante na região. O sentido de conviver com o semiárido é a possibilidade real de materializar a universalização dos interesses verdadeiramente coletivos para toda a sociedade através de políticas públicas.

O fato mais representativo para o direcionamento de políticas públicas de Convivência com o semiárido é a implementação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), no ano de 2003. Este programa é um marco para a ação da ASA na região (a ASA foi a responsável pela construção da proposta), pois representa a possibilidade de delineamento de políticas públicas pautadas na Convivência. A política propõe a construção de cisternas de placa em toda a região a partir de ações de base local: promovendo a solidariedade entre as famílias na construção das cisternas e fortalecendo a economia dos municípios através da compra de materiais nos comércios das próprias localidades. A Tabela 1 e a Figura 2 apresentam o número de cisternas de placa construídas e o número de pessoas beneficiadas pelo programa nos estados do semiárido brasileiro.

Tabela 1: Número de cisternas de placa construídas e de pessoas beneficiadas com o P1MC nos estados do semiárido entre julho de 2003 e fevereiro de 2019

Unidade da Federação	Cisternas de placas construídas	Pessoas beneficiadas
Alagoas	23.950	105.193
Bahia	156.017	635.836
Ceará	99.535	399.814
Maranhão ⁸	-	-
Minas Gerais ⁹	42.862	172.623
Paraíba	77.894	317.803
Pernambuco	85.423	355.067
Piauí	49.199	192.634
Rio Grande do Norte	67.671	279.433
Sergipe	19.719	78.631
TOTAL	622.270	2.537.034

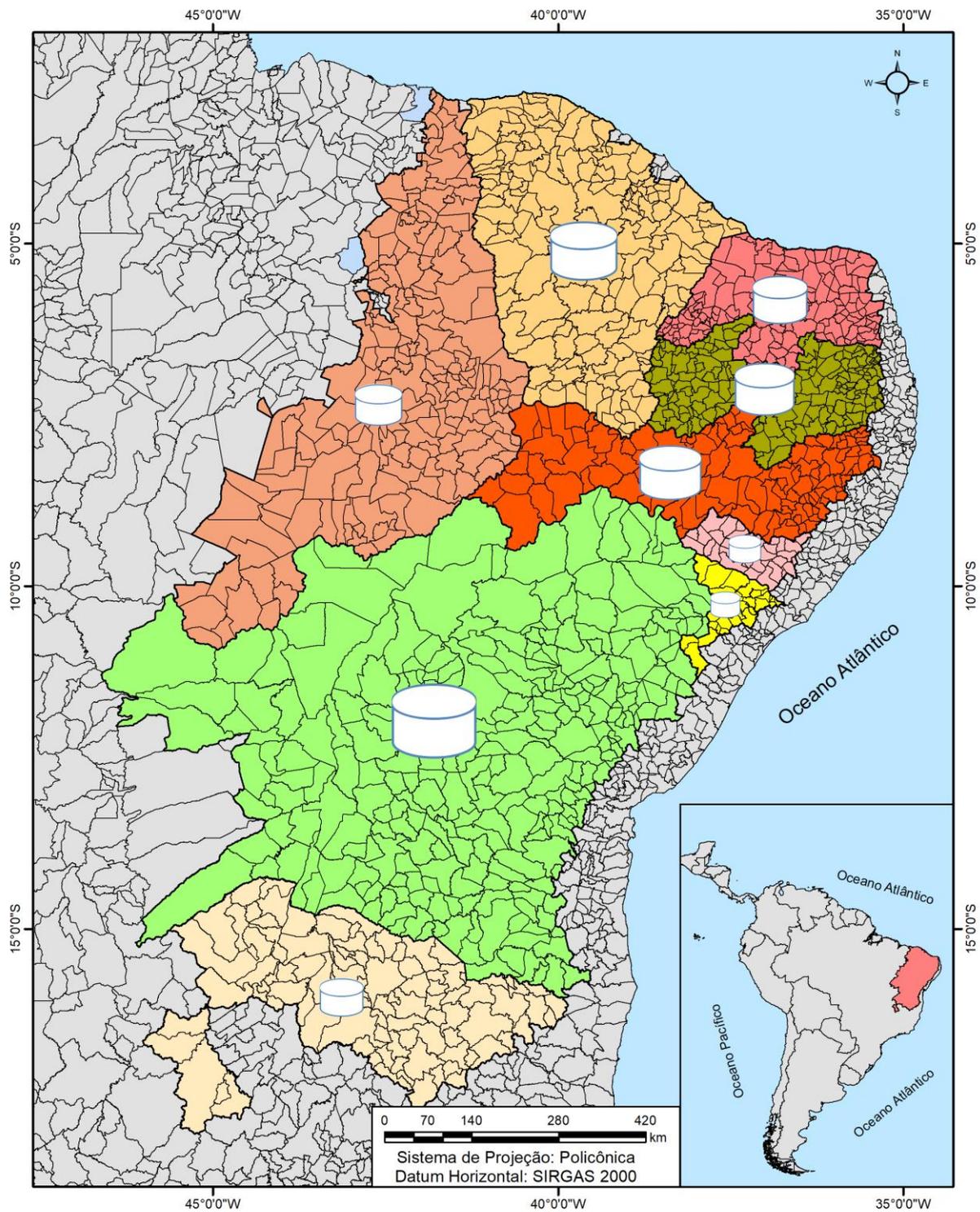
Fonte: ASA Brasil¹⁰.

⁸ O estado do Maranhão só passou a integrar o semiárido brasileiro na última delimitação de novembro de 2017. Além disso, o estado possui apenas dois municípios inseridos na delimitação.

⁹ Os números de Minas Gerais são referentes apenas à porção norte do estado, a qual está inserida no semiárido.

¹⁰ Informações obtidas em: <https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>. Acesso em; 21 de maio de 2019.

Figura 3: Cisternas de placa em cada estado do semiárido brasileiro. O tamanho dos símbolos reflete a quantidade de cisternas em cada estado



Fonte e Bases cartográficas:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015);
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (2017).

Elaboração:
José Carlos Dantas

Estados do semiárido brasileiro

- | | | | | | |
|--|----------|--|---------------------|--|---------------------|
| | Alagoas | | Minas Gerais | | Piauí |
| | Bahia | | Paraíba | | Rio Grande do Norte |
| | Ceará | | Pernambuco | | Sergipe |
| | Maranhão | | Cisternas de placa* | | |

* O número de cisternas para cada estado por ser consultado na Tabela 1

Fonte: Elaboração do autor (2019).

O P1MC pode ser visto como a ação que mais contribuiu para a construção da Convivência com o semiárido dada a sua disseminação em toda a região. As famílias do campo passam a perceber concretamente que conviver com o semiárido, com a seca, com a Caatinga, é mais que uma possibilidade, é uma realidade.

A partir e simultaneamente ao P1MC diversas outras políticas são implementadas, todas pautadas na Convivência com o semiárido. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) criado em 2007 amplia as possibilidades de reprodução social das famílias através do acesso a terra e à água, elementos que, como já apresentamos, são historicamente concentrados pelas oligarquias rurais do semiárido. O objetivo do programa é permitir o acesso a terra para a família e o acesso à água de duas maneiras: uma reserva de água para o consumo humano e outra reserva para a produção agropecuária¹¹.

Outra política pública construída pelas organizações no âmbito da ASA é o Programa Sementes do Semiárido, que objetiva promover estratégias de estocagem de sementes crioulas nativas do semiárido brasileiro. A prática de estocar sementes para a produção é uma estratégia histórica de agricultores e agricultoras da região que contribuem para o avanço da Convivência com o semiárido. A estocagem é realizada nas próprias comunidades rurais e pelas próprias comunidades¹². São saberes que pertencem à memória coletiva do povo do semiárido e que possibilitam a construção de novas estratégias e práticas para conviver nesta região.

A convivência com o Semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque. Estoque de água para diversos usos - consumo humano, produção de alimentos e para servir aos animais. Estoque de alimento para família e para a criação animal. E o estoque de sementes para os próximos plantios, entre outros (ASA, 2019).

Estes são apenas alguns exemplos das inúmeras experiências que a ASA vem desenvolvendo para o semiárido em diversos segmentos: política, economia, tecnologias, pesquisa, informação e comunicação, educação, infraestrutura, entre diversos outros. Todas estas experiências e práticas contribuem para a construção e consolidação da Convivência com o semiárido.

As políticas públicas, desse modo, são direcionadas pelas ideologias e, ao mesmo tempo, reforçam a construção destas mesmas ideologias. É um movimento dialético que ocorre continuamente: a ideologia constrói a política pública e é construída por esta última. E uma se constrói a partir da negação da outra. Combate à seca e Convivência com o

¹¹ A proposta do P1+2 pode ser consultada acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/159651/1/OPB1516.pdf>.

¹² Para mais informações sobre o programa consultar: https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido#categoria_img.

semiárido se inserem numa disputa entre sujeitos e entre espaços (materiais e imateriais) que complexificam a análise do real.

A diferença entre ambas as ideologias está nos objetivos de cada uma: a perpetuação do poder da classe dominante contra a busca de autonomia para o povo. A primeira constrói políticas públicas através da classe dominante e as executa através do Estado. A segunda constrói políticas públicas através das experiências das trabalhadoras e trabalhadores e as executa não apenas através do Estado, mas também dos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Este processo resulta em outra questão: as políticas públicas estão circunscritas apenas à ação do Estado? As diversas práticas desenvolvidas pela ASA (muitas das quais não puderam ser apresentadas neste texto) mostram que é possível se pensar na promoção de políticas públicas para além do Estado, tendo o próprio povo enquanto protagonista na elaboração e execução destas políticas. Enfim, são questões para serem respondidas em trabalhos futuros.

Considerações finais

A discussão realizada ao longo do texto mostra a complexidade de analisar as ideologias de Combate à seca e de Convivência com o semiárido. A construção de ambas as ideologias mostram o quão antagônicos são seus respectivos sujeitos, projetos de mundo e práticas sociais.

A influência de ambas as ideologias na sociedade resulta em diversas ações, e uma delas é a implementação de políticas públicas. E estas mesmas políticas públicas influenciam a construção e reconstrução das referidas ideologias. No contexto atual do semiárido brasileiro ambas as ideologias coexistem, disputando espaços (materiais e imateriais), orientando práticas sociais e direcionando políticas públicas.

Ao inserirmos no título deste texto a ideia de “A falsa vilã” objetivamos explicitar como os discursos são capazes de influenciar o imaginário da sociedade através da ideologia. Nesse caso, a falsa vilã remete a ideia de que a seca era o principal problema a ser enfrentado no Nordeste e caberia ao Estado brasileiro construir formas de enfrentamento a esse inimigo. Obviamente que as “formas de enfrentamento” não passaram de subterfúgios para direcionar políticas públicas que estabeleciam e reforçavam o poder das oligarquias rurais do semiárido.

Não foi intenção deste trabalho apresentar todas as políticas desenvolvidas ao longo da história da região, dada as inúmeras ações desempenhadas pelo Estado desde os séculos passados até o presente. A natureza e o período de implementação de algumas políticas públicas, inclusive, tornam complexa sua caracterização enquanto Combate à seca

ou Convivência com o semiárido. Existem outras ideologias que orientam a elaboração de políticas no semiárido?

Em trabalhos futuros talvez possamos responder a estas e outras questões que o objeto analisado nos apresenta. Este texto é a produção inicial sobre um tema tão complexo de compreender como é a disputa ideológica na sociedade. Com o amadurecimento teórico e empírico acreditamos que podemos avançar com as reflexões apresentadas e contribuir com as discussões relacionadas ao Combate à seca e à Convivência com o semiárido.

O que podemos concluir, por hora, é que a ideologia é capaz de inscrever no imaginário da sociedade uma ideia, ou ideias, que orientam as práticas dos sujeitos sociais, carregadas de intencionalidade. A falsa vilã nada mais é do que a representação concreta de como uma ideia pode ser construída para promover e perpetuar determinada ideologia produzida por determinada grupo social, ou mesmo classe. No caso do semiárido brasileiro esta ideia se materializa na seca, na prerrogativa de que sua ocorrência é a origem dos males da região. Destruindo-a eliminamos todos os problemas da região. Essa é a narrativa que sustenta, até os dias atuais, grande parte da ação estatal no semiárido brasileiro.

A questão que se apresente então é a seguinte: até quando a máscara da ideologia do Combate à seca irá perdurar antes de cair? Até quando o Estado irá se utilizar desta narrativa para solucionar um problema que não existe, um falso problema? Somente a potência e a efetivação das práticas de Convivência com o semiárido nos dirão.

Referências

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. **Programa Um Milhão de Cisternas**. Acesso em 30 de abr. de 2019. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#categoria_img.
- BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013, p. 51-58.
- CONTI, I. L.; PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013, p. 21-30.
- CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.
- COSTA, T. P. A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver. **REVASF**, Petrolina, v. 7, n. 12, p. 79-100, 2017.
- DANTAS, J. C. **Gestão da água, gestão da seca: a centralidade do açude no gerenciamento dos recursos hídricos do semiárido**. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

- FERREIRA, L. F. G. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LANNA, M. P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- MARINHO, J. R. O.; OLIVEIRA, V. P. V. Os paradigmas orientadores do desenvolvimento do semiárido brasileiro e suas implicações para o manejo dos recursos naturais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 239-250, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Striner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOLLE, F. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: SUDENE, 1994.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SILVA, J. T. **Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília – DF.
- TARGINO, I.; MOREIRA, E. Secas e Estado no Nordeste brasileiro. In: MOREIRA, E. (Org.). **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.
- VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

Sobre o autor

José Carlos Dantas – Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-1596-1651>.

Como citar este artigo

DANTAS, José Carlos. A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 157-179, jan.-abr., 2020.

Recebido para publicação em 28 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 20 de outubro de 2019.
Aceito para a publicação em 21 de novembro de 2019.
